



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008421-25.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **ALICE APARECIDA SILVA COSTA**
 Requerido: **Delmo Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda ME e outros**

Vistos.

ALICE APARECIDA SILVA COSTA ajuizou ação monitória contra **DELMO SEGUROS ADM E CORRETORA DE SEGUROS, DELMO DONIZETE DE ANDRADE e MEURY CRISTINA BONI**, dizendo-se credora da importância de R\$ 27.866,46, correspondente a cheques emitidos e não compensados, almejando a constituição do título executivo, se não houver pagamento.

Citados, os réus opuseram embargos ao mandado, alegando excesso de cobrança, pois houve pagamento parcial de R\$ 3.000,00.

A embargada refutou tal alegação.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Os embargos monitórios são tempestivos, pois o prazo se conta da juntada do mandado de citação cumprido por último, a teor do artigo 241, inciso III, do Código de Processo Civil.

Seu objeto se resume à alegação de pagamento parcial, de R\$ 3.000,00, cujo acolhimento, por hipótese, acarretaria a redução da dívida, sem comprometer o juízo de certeza e de liquidez do saldo devedor.

No entanto, repele-se a alegação de pagamento parcial, porque o documento de fls. 48 confirma apenas o depósito de R\$ 3.000,00, em 25 de setembro de 2014, em favor de José dos Santos Costa, sem designar o depositante e muito menos declinar a natureza da obrigação atendida.

Embora emitidos pela pessoa jurídica, os embargantes pessoas naturais não impugnaram a responsabilidade pela dívida.

Cabe uma ressalva, no tocante aos juros moratórios.

Com efeito, o termo inicial é a data de apresentação dos cheques, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei nº 7.357/85.

Tal solução decorrente inclusive da aplicação da jurisprudência dominante:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL, COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES PRESCRITOS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA.

1. Ação monitória ajuizada para cobrança de cheques prescritos, ensejando controvérsia acerca do termo inicial dos juros de mora.
2. Recente enfrentamento da questão pela Corte Especial do STJ, em sede de embargos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

divergência, com o reconhecimento da contagem a partir do vencimento, em se tratando de dívida líquida e positiva.

3. "Embora juros contratuais em regra corram a partir da data da citação, no caso, contudo, de obrigação contratada como positiva e líquida, com vencimento certo, os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida. O fato de a dívida líquida e com vencimento certo haver sido cobrada por meio de ação monitória não interfere na data de início da fluência dos juros de mora, a qual recai no dia do vencimento, conforme estabelecido pela relação de direito material." (ERESP 1.250.382/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/04/2014, DJe 08/04/2014) 4. Pequena alteração na conclusão alcançada pela Corte Especial por se estar diante de dívida representada em cheques, atraindo a incidência do art. 903 do CCB c/c 52, II, da Lei 7357/85, que disciplinam o 'dies a quo' para a contagem dos juros legais.

5. Termo inicial dos juros de mora fixado na data da primeira apresentação dos títulos para pagamento.

6. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1357857/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 04/11/2014)

Diante do exposto, **rejeito os embargos** e julgo constituído o título executivo judicial em favor da autora, no tocante aos cheques emitidos e não pagos, declinados na petição inicial, incidindo correção monetária sobre os respectivos valores, desde a data da emissão, e juros moratórios à taxa legal, estes contados desde a data de apresentação de cada qual ao banco sacado.

Responderão os réus pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da dívida. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 14 de janeiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**